



A economia solidária e a solidariedade: a via cooperativa em debate

Solidarity Economy and Solidarity: The Cooperative Way of Debating

Sandoval Dias Duarte⁽¹⁾; Fabiana dos Santos Dias Duarte⁽²⁾;
Conceição Maria Dias de Lima⁽³⁾

Página | 812

⁽¹⁾Mestrando pelo Programa em Dinâmicas Territoriais e cultura-PRODIC/UNEAL, programa de mestrado acadêmico da Universidade Estadual de Alagoas. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Regional de Arapiraca-FERA (2014) e graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL (2013). Atualmente é bolsista pela Fapeal. E-mail: sandovalgeografia@hotmail.com;

⁽²⁾Graduanda de Licenciatura em Pedagogia, cursando o 6º período da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, campus III de Palmeira dos Índios-AL. E-mail: fabbyana.santos@outlook.com;

⁽³⁾Doutora em Sociologia pela UFPE. Professora Titular da Universidade Estadual de Alagoas. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDiC/UNEAL; ceicadias@yahoo.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 23 de novembro de 2018; Aceito em: 07 de dezembro de 2018; publicado em 15 de 12 de 2018. Copyright© Autor, 2018.

RESUMO: O artigo resulta de leituras a partir de autores que lançam uma ótica no campo da economia solidária, face aos embates socioeconômicos dos quais a filosofia sociopolítica propõe, a partir de uma análise, inserida na dinâmica da economia solidária e, delinea alguns embates existentes na dinâmica capitalista quanto à difusão de experiências concebidas no âmbito produtivo. A produção agrícola na contemporaneidade requer o uso de técnicas mais eficazes, ao desenvolver a ideia de economia solidária no âmbito social de modo que, as cooperativas tenham possibilidade de aplicar uma filosofia calcada no fomento produtivo com vistas aos preceitos do cooperativismo. A economia solidária, por sua vez, pauta-se em preceitos de promoção de uma rentabilidade, desencadeada no campo social nas quais privilegiem pequenos produtores e membros associados pertinentes ao mercado e as implicações mercantis que as cooperativas possuem, enquanto associações e grupos específicos às suas demandas. O mercado constitui locus de comercialização, necessita da implementação de metas, objetivos e estratégias propícias ao fomento em termos de geração de renda, qualidade, venda, alcance aos mercados adjacentes e na busca de novos mercados no âmbito: local, regional, nacional e até internacional. O presente trabalho resulta de leituras de trabalhos consagrados, com enfoque no âmbito da economia solidária e reciprocidade, tais como: Sabourin (2006), Singer (2002), Lima (2011), Wanderley (2000), os quais elucidam aspectos conceituais sobre o desenvolvimento de práticas agrícolas e sobre a implantação de algumas experiências de êxito no referido tema, esboçando perspectivas e anseios na difusão mercantil, econômica e social.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura, rentabilidade, capitalismo

ABSTRACT: The article results from readings from authors who throw a glimpse into the field of solidarity economy in the face of the socioeconomic clashes that socio-political philosophy proposes, based on an analysis, inserted in the dynamics of solidarity economy and outlines some existing clashes in the capitalist dynamics dissemination of experiences conceived in the productive sphere. Agricultural production in the contemporary world requires the use of more efficient techniques in developing the idea of solidarity economy in the social sphere so that cooperatives have the possibility of applying a philosophy based on productive development with a view to the precepts of cooperativism. Solidarity economy, in turn, is based on precepts of promoting a profitability, triggered in the social field in which they privilege small producers and associated members pertinent to the market and the market implications that the cooperatives have, as associations and groups specific to their demands. The market is the locus of commercialization; it requires the implementation of goals, objectives and strategies that are conducive to development in terms of income generation, quality, sales, reach of adjacent markets and the search for new markets in local, regional, national and even International. The present work results from readings of consecrated works with a focus on solidarity economy and reciprocity, such as: Sabourin (2006), Singer (2002), Lima (2011), Wanderley (2000), which elucidate conceptual aspects about development of agricultural practices and on the implementation of some successful experiences in this theme, outlining perspectives and desires in the commercial, economic and social diffusion.

KEYWORDS: Agriculture, profitability, capitalism.

INTRODUÇÃO

A economia solidária no cenário cooperativista merece ênfase, enquanto uma nova percepção, centrada em ampliar novas possibilidades de mercado a partir de produtos provenientes do meio rural e das inclusões estruturadas a partir do princípio da troca e das políticas públicas de desenvolvimento, as quais implicam em novas trocas e possibilidades reais de mercado.

Página | 813

O mercado capitalista, em vias de consumo, exige cada vez mais qualidade e um preço adequado ao consumidor, o que estaria fazendo um aporte teórico ao preço justo na concepção de reciprocidade na perspectiva de MAUSS (1924), onde ele elucida que a reciprocidade apresenta conotações antropológicas, nas quais essa filosofia deve trazer atos reflexivos aos sujeitos, em detrimento de ações benéficas que, necessariamente não sejam voltadas apenas para permutas entre objetos, troca de produtos como o próprio termo propõe. Para BOURDIEU (1994), a sociologia não esboçou interesse em estudar as relações no âmbito da reciprocidade, talvez pelo universo proposto pelas relações de troca ou dos significados em caráter simbólico.

A dívida neste contexto se insere como uma nova análise dentro do sistema oposto ao da troca. MAUSS deixou um legado intelectual que analisa as especificidades dentro do sistema capitalista a partir das relações de troca e como ela se estrutura na prática cooperativista. O cooperativismo, enquanto filosofia concebe novas acepções teóricas, advindas de arcabouço ideológico onde se analisa as relações de comércio sob a sociabilidade, intrínseca ao papel que elas exercem na conjuntura socioeconômica. A partir de trabalhos de (CAILLÉ, 2001; MARTINS, 2002), é possível analisar como ocorre as relações de sociabilidade e as relações mercantis dentro da perspectiva da economia solidária e suas conexões capitalistas com a reciprocidade, apesar delas apresentarem diferenciações na práxis.

Conforme Chabal (1996), a troca pode ser resumida a uma permuta de objetos. Desse modo, pode-se inferir que a reciprocidade é um termo divergente do princípio de troca, na qual a relação capitalista não exerce caráter filantrópico. Para Temple (1997, p.107): “*O reconhecimento científico e público da economia da reciprocidade permite delimitar uma articulação ou uma interface de sistema entre sistemas de troca e sistemas de reciprocidade*”.

Para Sabourin (2011) essas relações de reciprocidade estruturadas sob sua forma simétrica desencadeiam valores éticos: a relação de reciprocidade numa estrutura bilateral simétrica provoca um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens

dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relações em outras composições podem produzir outros valores específicos.

As políticas públicas, num sentido mais geral, podem ser definidas, Conforme Muller (2003), como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta à existência de um problema público ou coletivo, o qual deve ser identificado, analisado e logo promovido ou explicitado como tal.

É relevante considerar que as políticas públicas são direcionadas a promover melhorias em determinado espaço social e, com a economia solidária, essa possibilidade deve ser respaldada, mm caráter majoritário a partir de interações provenientes de associações e cooperativas como assevera Singer (2002), o qual elucida num de seus trabalhos, tais como: *Economia solidária versus Economia capitalista* essa conotação ideológica, especificando uma nova ótica sobre o cooperativismo diante da competitividade ao mercado sobre: venda, troca e comercialização.

A economia solidária concebe aos produtores novas possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas oriundos de técnicas sustentáveis, face aos anseios capitalistas numa proposta palpável de cunho mercantil, com base numa lógica de mercado, na qual exista uma relação de confiabilidade, seja na aquisição dos produtos, seja respaldada na garantia deles, a serem gerados numa tendência sustentável, ecológica, com vistas a alcançar novos mercados no âmbito: local, regional, nacional e até internacional.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente artigo é proveniente de uma pesquisa de cunho qualitativa de caráter epistemológica gerada pela leitura de: artigos, dissertações e teses de doutorado e de algumas obras que abordam exemplos contemporâneos sobre a economia solidária, comércio justo, comercialização gerada no âmbito da agricultura familiar, como mecanismo basilar de compreensão de metas, estratégias, tendências mercantis, as quais são delineadas, na maioria das vezes, por meio de aspectos comunitários, concebidos na apropriação de técnicas sustentáveis de modo a favorecer à produção qualitativa, suscitadas majoritariamente no cerne de políticas públicas pontuais geradas no campo da produção agrícola. A presente pesquisa busca compreender alguns fenômenos sociais que exemplifiquem a lógica mercantil que se ensaiam nas sociedades agrícolas a partir de

acepções contemporâneas e inovadoras sobre produtividade e mercantilização, mais voltadas para o acesso aos pequenos e médios produtores sob a perspectiva de geração de rentabilidade e sobre a elucidação de alguns conceitos elementares na esfera da economia solidária.

O presente trabalho pretende analisar a inserção das políticas públicas enquanto uma nova perspectiva ideológica na sociedade no cerne da lógica mercantil, a qual pauta-se em elucidar sobre a nova dinâmica socioeconômica existente no âmbito da economia solidária. Para tanto, o presente estudo analisa algumas acepções epistemológicas concernentes à implementação dessas políticas ao favorecimento da rentabilidade em comunidades, sobretudo na agricultura familiar. Com base no aporte teórico fornecido em trabalho propostos, tais como: Maus (1924), Bourdieu (1994), (Caillé, 2001; Martins, 2002), Sabourin (2011), Muller (2003), Singer (2002) e outros supracitados, os quais trazem acepções relevantes acerca da comercialização. No âmago dessas relações, pretende-se delinear brevemente aspectos conjunturais acerca das novas tendências mercantis a serem descobertas numa perspectiva sustentável, qualitativa gerada a partir de relações de confiabilidade em comunidades nas quais há prevalência de situações econômicas divergentes e, essa filosofia, pressupõem novas possibilidades de mercado em diferentes territórios.

Este trabalho resulta da curiosidade em perceber como as políticas públicas de caráter produtivista no âmbito da economia solidária se apresentam sob o enfoque atual diante do cenário capitalista, o qual concebe aos pequenos produtores novas possibilidades de acesso aos mercados em detrimento de uma produtividade alçada no viés: economia, rentabilidade e agricultura sustentável e suas premissas ideológicas preconizadas no âmbito mercantil em termos de concorrência. Para tanto, percebe-se que no âmago das relações mercantis nas quais há oferta de novas opções de comercialização e intensificação produtiva aos trabalhadores, sobretudo aos pequenos, pertinentes à agricultura familiar, torna-se possível maximizar a produção de bens agrícolas numa perspectiva qualitativa e quantitativamente existente no cenário atual, a qual oferece novos desafios, respaldados em regime de um mercado competitivo, numa lógica marxista sobre as quais se impõem novas regras de: embalagem ,produtividade ,acesso aos novos mercados, preços justos e desse modo pressupõem aos produtores novas estratégias ,metas e dinâmicas produtivas calcadas na agricultura familiar com ideais de sustentabilidade a depender dos interesses no âmbito: local, regional e nacional e talvez internacional.

Desse modo, pretendem-se elencar alguns fatores epistemológicos contribuintes com base em estudos propostos por estudiosos que dialogam acerca do entendimento da propagação de conceitos, elementos que dão sustentação aos princípios existentes no campo da economia solidária, baseadas em alguns exemplos exitosos que concebem a determinadas classes sociais melhorias rentáveis. Para tanto, espera-se que a pesquisa em tela favoreça a elucidação concernente a exemplos e conceitos que desvelam aspectos complexos, relevantes e contraditórios que permeiam a sociedade atual quanto à disseminação que a economia solidária exerce nesse contexto.

A RECIPROCIDADE: ELEMENTOS CONCEITUAIS, TEÓRICOS E PRAGMÁTICOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOLIDARIEDADE

No âmbito das competições produtivas centradas ao desenvolvimento comercial é possível elencar elementos capazes de desmitificar conceitos e teorias, as quais expliquem adequadamente aspectos conjunturais que dão sustentação a determinadas concepções obtidas de conjecturas sociais que, muitas vezes, necessitam de um respaldo contemporâneo e empírico em função das atualizações que o capitalismo enquanto sistema socioeconômico nos impõe. Por outro lado, vale ressaltar que a reciprocidade se detém além da perspectiva sociopolítica, enquanto pressuposto elementar e categórico de exemplificar como deve ser estruturada numa sociedade capitalista com uma filosofia consumista em detrimento de suas satisfações de cunho: pessoal, financeira, política, cultural. Para tanto, a solidariedade enquanto aspecto de fomento social pode ser caracterizado como o ato de se doar pelo próximo, sem necessariamente em pensar em algo em troca. Levando esse termo para o âmbito social e econômico, é possível encontrar alguns embates conceituais, os quais cabem serem esclarecidos a depender da ótica e aplicabilidade, ao provocar, muitas vezes, controvérsias e desentendimentos no campo mercantil e sociopolítico.

Esta contradição está presente no capitalismo industrial desde a introdução das primeiras máquinas automáticas e semi-automáticas (sic), ou seja, há mais de 200 anos. A empresa tem de ser suficientemente grande para comportar todo o capital fixo que a tecnologia mais moderna requer. Este tamanho mínimo proporciona *ganhos de escala*, uma categoria crucial para entender a lógica do capitalismo. A concentração do capital é uma consequência (sic) da própria competição, como Marx já tinha mostrado. A competição é sobretudo de preços, entre vendedores e entre compradores. Quem vende mais barato expulsa os

outros vendedores do mercado. Quando o logra, a competição acaba, é substituída pelo monopólio (SINGER, 2002, p. 2).

Na acepção de Singer (2002), existe uma contradição que permeia o âmbito social desde o advento do capitalismo com a inserção de máquinas que culminaram em produtividade em larga escala e, simultaneamente, favoreceram a ampliação do percentual de vendas, pautadas no alcance de novos mercados e na maximização clientelista. O mercado financeiro, por sua vez, em função do alcance de novos mercados e novas pretensões capitalistas, é óbvio, a partir de sua produtividade e diante das necessidades consumistas, impõem produtos inovadores, capazes de atingir aos preceitos dos clientes numa lógica de concorrência. O mercado nesse contexto esboça interesses voltados para atender a clientela específica e, concomitantemente, garantir novas demandas de comércio a partir da relação de troca e confiabilidade, provenientes dessa relação mútua.

Por outro lado, sabe-se que a economia solidária enquanto mecanismo estruturante da relação mercantil na concepção da economia solidária deve garantir aos produtores familiares, provavelmente uma valorização concernente aos seus produtos aos quais estes devem está estritamente relacionado à proximidade de produção, regras e objetivos da economia solidária frente ao comércio justo e a competição entre os mercados, uma vez que as relações de reciprocidade elas devem ser pautadas na transação material e comercial ao agregar valor de troca nessa relação recíproca, a qual deve promover a inserção no mercado de produtos de qualidade.

Os agricultores familiares nordestinos e a sociedade civil organizada têm promovido iniciativas de valorização dos produtos e de acesso aos mercados ligadas à formas de organização social e inscritas em dinâmicas territoriais específicas, marcadas pela proximidade e pela identidade. Essas iniciativas, construídas a partir de experiências de venda direta ou de controle de cadeias curtas pelos produtores, passaram a incluir mecanismos de construção social de mercados diversificados e de qualificação dos produtos. São experiências que podem ser analisadas em termos de relações de reciprocidade, associando uma transação material comercial a uma relação humana específica, que vem agregar um valor social ao valor de troca (SAUBORIN, 2014, p. 2).

Nesse contexto, a agricultura familiar ganha uma repercussão a partir do fomento de políticas públicas, as quais devem ser incentivos calcados em dinamizar apoios às feiras agroecológicas e dos sistemas de qualificação e certificação do grupo e de programas, entre os quais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e dos SECAFES (Sistemas Estaduais de Comércio da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Na concepção de Sabourin (2014), essas ferramentas e princípios públicos oferecem um abrigo jurídico e

protegem o produto da agricultura familiar ou da economia solidária da concorrência desigual do mercado de troca capitalista. Nessa afirmação de Sabourin, as leis públicas de fomento ao comércio sob a ótica da concorrência mercantilista devem ser respaldadas na garantia dos direitos de qualidade dos produtos do âmbito rural. Assim, a implantação de mercados fundados na perspectiva da economia solidária deve obedecer a essa lógica sob o amparo jurídico que perpassa essa comercialização, sobretudo aquelas que são provenientes de mercados adjacentes e devem obedecer às necessidades locais quanto à: embalagem, transações comerciais, entre outras demandas, as quais são baseadas na produtividade no meio onde a economia solidária se insere.

Na acepção de Sabourin (2014), o desenvolvimento econômico das agriculturas familiares perpassa também pelo seu aparelhamento no que se refere ao acesso aos mercados, no enfrentamento e na extensão generalizada do mercado de troca capitalista, mas também para promover uma dialética com o Estado por meio de novos instrumentos de políticas públicas. As políticas públicas nesse contexto são qualificadas como pretensões existentes no meio comercial e entre as trocas promovidas no cerne do capitalismo ou a partir das trocas comerciais, as quais, majoritariamente provocam novas relações mercantis ou designa novas conjunturas socioeconômicas a depender da maneira como seja conduzida no mercado diante do cenário de concorrência.

A concepção da economia solidária, nesse processo, consiste em elencar fatores comerciais numa perspectiva socioeconômica capaz de gerir novos mercados, partindo de uma concepção igualitária no que concerne ao preço justo na lógica de concorrência como aquilo que gerará equilíbrio pautado no diálogo entre os autores pertinentes ao âmbito consumista em função de preceitos socioambientais.

Preço justo: é a remuneração que resulta de um equilíbrio definido pelo diálogo e a discussão entre os autores envolvidos de maneira equitativa, para atribuir um valor aos produtos e aos serviços ofertados, incorporando o custo real do produto ou do serviço e dos seus impactos socioambientais (Fórum Brasileiro, ES,2007 Apud Sabourin, 2006 b).

Nesse modelo econômico atual vigente, torna-se necessário um aprofundamento entorno do mercado capitalista e, como ideia socioeconômica de caráter elementar sobre os valores impostos pelo mercado capitalista face aos entraves econômicos, vislumbrados em vários aspectos existentes no âmbito comercial capaz de gerir as diversas barreiras macro e micro nas quais possam desencadear novas possibilidades e acesso aos mercados sob a ótica da reciprocidade.

Percebe-se que sob a ótica cooperativista, como elucida Sabourin (2014); Roustang (2003), Singer (2005), muitos dos quais, abordam uma acepção contemporânea a trazer uma nova roupagem epistemológica na qual a economia solidária, numa concepção mais ruralista, é mencionada por elementos teóricos consistentes, os quais abordam aspectos a serem lembrados no campo da reciprocidade, preço justo e economia solidária, uma vez que esses elementos trazem algumas distinções e similaridades, seja ao conceber aos produtores possíveis mecanismos cooperativistas, intrínsecos a uma lógica estabelecida entre o valor agregado ético, seja na exclusividade presente quanto ao abastecimento e a qualidade que deve existir desde a informação mútua, comumente, desenvolvida na relação humana entre consumidor e produtor, a qual deve ser gerida a partir da credibilidade.

No Nordeste do Brasil, de modo peculiar, existe uma tendência à redução das políticas públicas centradas no apoio à agricultura familiar inclusa também em programas de assistências sociais, tais como: bolsas, aposentadorias, entre outros meios de obtenção de recursos aos quais, muitos aos quais são provenientes do quantitativo de agricultores pobres, os quais dependem exclusivamente de subsídios financeiros com vistas à resolução de problemas no meio produtivo face aos anseios capitalistas de produção.

Não obstante, faz-se necessário levar em consideração que os mercados justos são aqueles que promovem um comércio justo em áreas adjacentes onde a produção orgânica, sustentável e dinâmica, possa corroborar aspectos socioeconômicos em caráter equitativo quanto a: geração de renda, trabalho, condições de divulgação dos produtos, garantia de qualidade, acesso a novos nichos mercantis aos quais sejam direcionadas a novas metas de produtividade. Roustang (2003, p.4) assevera que a economia solidária argumenta em favor do reconhecimento da reciprocidade como modo de troca, à diferença da troca mercantil e do sistema de redistribuição. Desse modo, a economia solidária nesse caso, consiste em destacar a reciprocidade a ser gerenciada a partir da maneira como ocorre a troca enquanto elemento financeiro e economicista de promoção da economia solidária, face à necessidade existente no mercado financeiro e suas respectivas exigências.

Singer (2002) define a economia solidária (ES) como um conjunto de experiências coletivas de produção, trabalho, crédito e comercialização organizada segundo princípios solidários sob a forma de cooperativas, de assembleias de produtores, empresas de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares urbanas e rurais. A economia solidária nessa perspectiva mencionada acima ganha uma nova dimensão local, na qual a comercialização garante novas possibilidades de mercado. Nesse contexto, o comércio justo ou equitativo merece ênfase com a consolidação de metas referentes ao

comércio internacional que, na maioria das vezes, são provenientes de relações trabalhistas onde há uma exploração generalizada dos mais fracos pelos mais fortes. Em suma, essa relação trabalhista a depender como é aplicada no meio produtivo, pode gerar exclusão social e, a economia solidária nessa conjuntura social requer uma filosofia mercantil que não segregue os grupos pertinentes ao processo de produção com os elementos constituintes de tais estabelecimentos, sobretudo os agrícolas, uma vez que essa forma de produzir sugira estratégias sustentáveis.

Para Mascarenhas (2007), a introdução de elementos empíricos no Brasil no que se refere ao comércio equitativo se deu basicamente com a experiência do comércio equitativo, introduzido a princípio com as ONGs internacionais a exemplo da OXFAM, na qual a primeira campanha teria gênese a partir do caso do café, sobre os quais era estabelecido um vínculo entre a questão de segurança alimentar e a do comércio internacional. Essa questão comercial no âmbito internacional emerge como um novo mecanismo potencial no âmbito da economia solidária por se tratar de elementos que fomentem a concorrência.

Diaz Pedregal (2006) por Sabourin (2010) ressalta que os operadores convencionais (centrais de compra de supermercados, firmas agroalimentares) do mesmo modo têm investido, conforme com as suas técnicas e normas tradicionais, na negociação de produtos do comércio justo. Não obstante, ao possuir um perfil competitivo nessas redes, necessita certificar sobre as condições de condicionamento, volume e embalagem, nas quais os preços nem sempre são ajustados com as compras personalizadas ou com o abastecimento acoplado a grupos associativos ou cooperativas de pequenos produtores. Experiências concebidas a partir de trocas e reciprocidade devem ser conduzidas a partir da própria comercialização enquanto elemento de troca que está sendo gerada no ato da compra e das relações de parceria que irá se constituindo a partir do momento que existe uma nova compra e quando o preço a ser desenvolvido na concepção da economia solidária e do comércio justo.

O conceito de Economia Solidária na Europa, na acepção de Gaiger (2009), tem sua gênese num novo objeto da história da Economia Social, cujas origens mais longínquas repercutiram no século XIX. Ele elucida que, naquela época, em função das desordens sociais evocadas pela Revolução Industrial, o associativismo emergiu como uma resposta de grupos operários e camponeses, os quais se caracterizavam desde seus primórdios por aspectos de gestão autônomas e democráticas. Para ele, a Economia Social se opôs às

tendências reducionistas da economia sob o princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada.

Sabe-se que esses movimentos tiveram uma nova configuração ideológica, política, econômica na França; as quais são majoritariamente advindas do vés: cooperativas, mutualidades e associações. A partir desses grupos, foi que a economia solidária começou a esboçar um novo rumo, centrado na aquisição de parâmetros legais embasados em finalidades socioeconômicas que, com o passar do tempo e da necessidade de implantação de novas demandas sociais com fins mercantis ganhou espaço no cerne das discussões sociopolíticas.

Por outra vertente, podem-se elencar algumas discussões sobre a difusão de elementos que dão sustentáculo depois de um longo período de transformações sociais, políticas e econômicas, marcadas, principalmente pelo envelhecimento da população, o reconhecimento e expansão dos serviços de cuidados às pessoas, o aumento das desigualdades geradas pelo lapso de políticas neoliberais e com a globalização evidenciada, presenciou-se a nova geração da Economia Social (LAVILLE, 2004). Desse modo, a economia social ganha ímpeto no meio social diante das disparidades sociais em detrimento de características físico-sociais, apresentadas pela população sobre aspectos a serem elucidados com as novas percepções socioeconômicas, face aos ditames políticos e da conjuntura econômica que tal comunidade perpassa quanto a rentabilidade.

A SOLIDARIEDADE NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA DISCUSSÃO CENTRADA NA AGRICULTURA FAMILIAR E NO COOPERATIVISMO

A solidariedade em termos conceituais se insere no âmbito da economia solidária como um aspecto a ser embutido no meio social, nas quais as relações comerciais, nessa conjuntura socioeconômica, sejam revertidas em soluções para minimizar as disparidades que afligem boa parte da população em função de um comércio justo e equitativo, como pressupõe a filosofia implícita no meio ao qual a agricultura familiar ganha terreno, sobretudo no governo de Lula e nas políticas públicas, como supracitado no princípio do texto. Para tanto, alguns estudiosos acreditam que a solidariedade desenvolvida no convívio entre pessoas de menor poder aquisitivo, propaga-se numa ideologia que, via de regra, amplia novas percepções econômicas a partir da doação, empatia e entre outras

qualidades altruístas com as quais as pessoas podem desenvolver no meio em que convivem. Na acepção de Singer:

Por isso, a solidariedade entre os pobres substitui os seguros faltantes. As pessoas se ajudam mutuamente, porque se hoje tenho condições de dar, é provável que amanhã vou precisar que alguém me dê. A solidariedade entre os pobres não é calculista, nem sempre ela é motivada por avaliações realistas como a referida acima. Entre os pobres, a cultura da solidariedade se desenvolve 'naturalmente' (SINGER, 2005, p.105)

Portanto, na concepção de Singer (2005) não deve admirar-se que as organizações sociais e econômicas concebidas e mantidas por pobres (desprovidos de propriedade) sejam dirigidas muito mais pela solidariedade do que pela competição. A economia solidária abrange distintos tipos de 'empresas', associações voluntárias com o intuito de fornecer a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas, por sua vez, emergem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver.

Não obstante, vale ressaltar que a solidariedade no âmbito do cooperativismo traz uma concepção implícita de que a comercialização proveniente do meio agrícola e com as interações existentes entre diversos cooperados, associações e grupos não filantrópicos que, por sua vez, deve abordar uma filosofia ruralista onde os produtos sejam comercializados em locais adjacentes ao campo produtivo, e ao mesmo tempo, favoreçam intercâmbios e promova: plantio, colheita, embalagem numa perspectiva sustentável.

Eric Sabourin num artigo intitulado: "*que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula*", traz um arcabouço teórico sobre o qual estabelece uma dialética centrada em aspectos estruturais no segundo governo Lula mediante as políticas públicas concebidas como fomento e incentivo à produção agrícola no âmbito da agricultura familiar, sobretudo com o programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar e o Programa de Desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais, com vistas a minimizar a pobreza no campo, uma vez que as políticas públicas no âmbito rural devem promover condições básicas de aperfeiçoar a terra em detrimento dos mais necessitados, principalmente no sertão onde as condições climáticas, diga-se de passagem, necessita de um incentivo financeiro com mais efervescência na dinâmica produtiva e vencer a competitividade com as empresas do agronegócio. Nesse sentido, Sabourin elucida:

A agricultura familiar (4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola) está administrada pelo pequeno Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a agricultura Empresarial (550.000 estabelecimentos, ou seja 12% do total para 70% das terras agrícolas) pelo potente Ministério da

Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA) (FAO-Incra, 2000). Ainda que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado muito e sejam distribuídas segundo diversas modalidades, apenas representam de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal. O mais surpreendente é que essa visão hegemônica do sucesso do *agribusiness*,¹ politicamente construída pela bancada ruralista conservadora, conseguiu introduzir efeitos perversos de inspiração neoliberal no seio dos programas principais do governo Lula para o campo, embora controlados pelo Partido dos Trabalhadores (PT): segurança alimentar (*Fome Zero*), reforma agrária e apoio à agricultura familiar (SAUBORIN, 2009, p.716).

Percebe-se que a agricultura familiar promove possibilidades de ascensão social e com as novas possibilidades de acesso a nichos de mercados, os quais devem estar segmentados na maioria das vezes por questões qualitativas relacionadas à produção, enquanto isso a agricultura familiar mediante o Pronaf estabelece princípios produtivos que tentam esboçar novas configurações territoriais, com o intuito de aumentar a renda do pequeno produtor, sobretudo àqueles que possuem pequenas propriedades e não dispõem de meios de produção propícios a uma produtividade em larga escala.

Contudo, é relevante considerar que a prática de desenvolvimento agrícola, majoritariamente, tem como elemento prioritário o apoio à agricultura familiar, além de envolver aqueles pequenos agricultores que se encontram desvinculadas das modernizações impostas a ampliação produtiva na massificação de produtos, que possam desencadear novas formas de inserção no mercado, com as prerrogativas do mercado justo ao qual pressupõe a economia solidária no âmbito cooperativista.

A agricultura familiar versus a agricultura empresarial na visão de Sabourin também ganha notoriedade com as seguintes premissas: uma é de que a agricultura familiar apresenta uma característica mais arcaica de produção, enquanto a agricultura empresarial se apropria de elementos produtivos mais tecnológicos sobre os quais se dá a maximização de produtos em menor tempo, menor espaço e, ao passo que gera a mecanização agrícola existente na contemporaneidade, apresenta possibilidades aligeiradas ao promover novos mercados e a competição entre essas duas vertentes, numa lógica capitalista, a qual é desencadeada pelas exigências mercantis em virtude de preceitos de ordem socioeconômica na perspectiva social.

Conforme Singer (2005), uma sociedade que levasse o egocentrismo e a concorrência como princípio de sociabilidade às últimas consequências acabaria em pouco tempo. Alguma solidariedade, algum intercâmbio desinteressado e altruísta torna-se indispensável à reprodução de qualquer sociedade. Sem este tipo de influência mútua entre as mulheres não teriam filhos – não porventura, elas os têm cada vez menos – e as que os

tivessem os tratariam como objetos de prazer, o que dificilmente garantiria uma nova geração de adultos. Desse modo, a interação entre as sociedades na perspectiva da solidariedade promoveria uma possível equidade social, nas quais a concorrência e o individualismo não fossem considerados percalços à dinamização produtiva num meio onde prevalece um clima de competitividade, embutida na interação social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É relevante considerar que a oferta e a demanda no meio da economia solidária podem ser consideradas uma preocupação sistemática, onde as relações de compra e venda não seja efetuada num presunçoso aparato técnico e cauteloso como acontece no mercado formal, pois necessita de uma intervenção legal no que concerne à implantação de normas e certificações enquanto elemento qualitativo referente aos produtos advindos do meio agrícola.

Para tanto, a inserção de políticas públicas no campo da economia solidária requer uma análise mais detalhada sobre as necessidades locais como levar em consideração os regulamentos do campo capitalista, como é constatada na versão filosófica de Marx sobre o capitalismo em função da concorrência estabelecida entre o mercado derivado de aspecto produtivo, aquele centrado na: tecnologia, mecanização agrícola e em mecanismos tecnológicos voltados à otimização das terras, ampliação produtiva em termos de fertilidade, biotecnologia que propicie maior rentabilidade.

Os produtos provenientes do âmbito da economia solidária são gerados por técnicas rudimentares, nas quais a produção ocorre numa perspectiva de uma agricultura orgânica em meios de produção que se apropria de elementos básicos na apropriação das terras numa perspectiva sustentável.

No campo desse debate, surge a necessidade de elencar fatores que possam corroborar pesquisas relevantes que possa trazer uma perspectiva atual centrada na compreensão dos elementos conjunturais, os quais possam exemplificar e elucidar como ocorre a economia solidária em algumas cooperativas quanto ao fomento socioeconômico e nos demais campos industriais, pertinentes em termos de equidade social e tidas como uma nova filosofia econômica que emerge em vários segmentos na contemporaneidade. Nesse sentido, Lima (2011), assevera:

Diante desse processo de reconversão produtiva, ao longo dos anos, o que se observa é o destaque para o cultivo de cana-de-açúcar como o produto mais importante para a Cooperativa. As grandes plantações marcam sensivelmente a paisagem da Pindorama, uma vez que 55% dos 33 mil hectares da Cooperativa são destinados ao cultivo da cana-de-açúcar. Isto representa 30% da área do Município de Coruripe ocupada com o cultivo de cana. Neste processo, cresce a influência da indústria canavieira para os cooperados, ocasionando problemas com relação à estrutura fundiária de Pindorama, que com a expansão da cana exigiu grandes áreas produtivas em proporção ao modelo tradicional de exploração (LIMA, 2011, p.21).

Nessa discussão sobre o cooperativismo e economia solidária, lança-se um olhar sobre a conjuntura territorial no âmbito das cooperativas, numa nova roupagem ideológica na acepção de Lima (2011), a qual concebe ao território alagoano na Usina Coruripe ,novas configurações epistemológicas sobre o desenvolvimento territorial acerca das atividades industriais desenvolvidas, sobre as quais inserem-se uma estrutura fundiária pautada em otimizar o espaço adjacente das terras pertinentes ao percentual de 30%, dos quais são apropriados à atividade açucareira. Percebe-se nas entrelinhas na fala da referida autora uma concepção socioeconômica que esclarece alguns mecanismos de monopolização territorial e concentração de terras nas quais a estrutura territorial propõe.

Por outro lado, observa-se uma dinâmica produtiva na qual alguns produtos comercializados na Cooperativa Pindorama são provenientes de uma filosofia socioeconômica surgida a partir de mecanismos interacionistas no âmbito da economia solidária e, ao mesmo tempo, o cooperativismo enquanto elemento territorial e filosófico numa nova roupagem, está presente como pressuposto ideológico que transcende o campo econômico e suplementa o social por meio das estratégias como promotora de equidade entre um determinado grupo. Tais mecanismos supõem uma nova percepção da economia solidária frente aos desafios em termos de competitividade do mercado capitalista e, sob as políticas públicas, enquanto elemento prioritário aos âmbitos: social, político, econômico, imerso no bojo das relações mercantis existentes na referida usina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de algumas leituras realizadas sobre a difusão filosófica e pragmática que a economia solidária ganha sob a perspectiva de vários autores, faz-se necessário considerar que a mesma propõe o conhecimento acerca das novas acepções

macroeconômicas inseridas no campo do comércio justo enquanto proteção mercantil aos pequenos produtores.

Não obstante a economia solidária nessa nova conjuntura social face às diversas exigências do mercado capitalista, em detrimento de produtos de qualidade na: comercialização local, com os mecanismos produtivistas concernentes aos meios de produção e ao comércio justo. Por outro lado, existe a crença que a economia solidária enquanto pressuposto sociopolítico e socioeconômico tenha possibilidade de alcançar um mercado internacional de modo que a solidariedade possa ganhar terreno nesse processo, podendo desencadear novos meios de venda, demandas de produtos agrícolas, na qual haja rentabilidade para pessoas vulneráveis no aspecto socioeconômico.

Para tanto, a filosofia cooperativista com a economia solidária e os embates sociais quanto ao comércio justo no meio agrícola de produção, vem elucidar propostas, estratégias, metas e objetivos aos quais possam minimizar as disparidades sociais que tanto afligem boa parte da população, gerando rentabilidade, acesso ao mercado de venda, troca e comercialização de alto padrão produtivo. Desse modo, alguns trabalhos consagrados como corroborados acima, trazem elucidações que explicam a conjuntura territorial e socioeconômica nas quais a economia solidária, solidariedade, comércio justo, enquanto nova acepção sociopolítica melhora a vida de muitas pessoas.

Em linhas gerais, concebe a economia solidária voltada a aspectos de solidariedade, um mecanismo de repensar a produção agrícola com ênfase no âmbito local, nas quais seja efetivada uma produção centrada na: qualidade, rentabilidade aos menos favorecidos nas esferas econômicas, como se vislumbra atualmente nas cooperativas e associações, as quais tem como pressuposto a economia solidária com respaldo no preço justo face aos elementos competitivos do mercado capitalista.

REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU P. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Le seuil. 1994.
2. CAILLE A. *Anthropologie du don : Le tiers paradigme* Paris, Desclée de Brouwer, 2001.
3. DIAZ PEDREGAL, Valérie. **Commerce équitable et organisations de producteurs**. Le cas des caféiculteurs andins au Pérou, en Equateur et en Bolivie. Paris: L'Harmattan, 2006. 274p. (Coll. Logiques Sociales).

4. FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
5. GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, março 2009.
6. LAVILLE, J-L. (Org.). **Economía social y solidaria. Una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.
7. LIMA, Conceição Maria Dias de. *Cooperativa e desenvolvimento territorial: O caso da Pindorama-Alagoas*. Tese (Doutorado em Sociologia). 280f. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
8. MARTINS P H (org). *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*, Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
9. MASCARENHAS, Guilherme. **O movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil**: entre a solidariedade e o mercado. 2007. 351f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
10. MAUSS, M . *Ensaio sobre a Dádiva*, In: *Sociologie Antropologia*, São Paulo: Cosac e Naify,
11. [1924] 2003
12. ROUSTANG, G. 2003. Volatilité ou pérennité des innovations sociales de l'économie solidaire. In 3. Rencontres du Réseau Interuniversitaire d'Economie sociale et solidaire Toulouse Le Miral, 5/03/03/10p.
13. SABOURIN E. *Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste*. *Cadernos do CRH*, v 23, N° 58, jan/ abr 2010, pp 5-18, Salvador 2010a.
14. SINGER P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Perseu Abramo, 127p.
15. SINGER P 2005. Singer P 2005 Políticas públicas de economia solidária in Mesa Redonda 19 "Dimensões sociais das políticas de inovação "28/10/05 "29° Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, outubro de 2005.